

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Kieppe Patrimonial S.A.
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Kieppe Patrimonial S.A. (“Companhia” ou “KP”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kieppe Patrimonial S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Ausência de apresentação de demonstrações consolidadas

A Administração da Companhia não apresentou as demonstrações consolidadas em 31 de dezembro de 2022, bem como os saldos comparativos consolidados em 2021, conforme determina o CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 as seguintes investidas: Kieppe Participações e Administração Ltda. - Em Recuperação Judicial (KIPA) e Kieppe Serviços Ltda.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (b) às demonstrações contábeis, a Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022 passivo a descoberto no montante de R\$ 46.769.851 mil, situação que gera incertezas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Essas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, considerando o sucesso na implementação da estratégia de estabilização financeira e operacional, com foco na melhora de liquidez, fortalecimento da estrutura de capital, reestruturação financeira dos negócios, programa de desmobilização de ativos e renegociação das dívidas mediante a aprovação e homologação dos Planos de Recuperação Judicial de determinadas controladas. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfases

Processos e investigações em contratos de concessão de controladas e coligadas

Como é de conhecimento público, determinadas controladas indiretas e coligadas possuem processos e investigações em andamento relacionadas aos contratos de concessão firmados com os poderes concedentes. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, entende, neste momento, que possíveis efeitos desses processos e investigações não deverão afetar de forma significativa a Companhia e suas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 22 de junho de 2022, contendo ressalvas sobre: (a) investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas; (b) empresas controladas em processo de recuperação judicial cujas Assembleias de Credores ainda não haviam sido - aprovadas; (c) limitação de análise dos investimentos da coligada Atvos Agro e (d) ausência de apresentação de demonstrações consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 21 de junho de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Antomar de Oliveira Rios

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2022	2021 (Reapresentado)		Nota Explicativa	2022	2021 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Dividendos a receber		7.420	7.420	Fornecedores		285	187
		<u>7.420</u>	<u>7.420</u>	Dividendos a pagar		43.194	43.194
				Outros passivos		20	20
						<u>43.499</u>	<u>43.401</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	3	250.589	250.551	Partes relacionadas	3	224.937	224.943
Investimentos	4 (b)	18.290	21.584	Provisão para perdas em investimentos	4 (c)	46.804.714	44.665.008
		<u>268.879</u>	<u>272.135</u>			<u>47.029.651</u>	<u>44.889.951</u>
				Patrimônio líquido (Passivo à descoberto)	6		
				Capital social		534.688	534.688
				Ajustes de avaliação patrimonial		(25.361.306)	(26.265.074)
				Prejuízos acumulados		(21.970.233)	(18.923.411)
						<u>(46.796.851)</u>	<u>(44.653.797)</u>
Total do ativo		<u><u>276.299</u></u>	<u><u>279.555</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>276.299</u></u>	<u><u>279.555</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Despesas operacionais			(Reapresentado)
Gerais e administrativas		(98)	(93)
Outras receitas		(10.175)	-
Resultado das participações societárias			
Equivalência patrimonial	4 (b) (c)	(3.420.220)	13.774.540
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		<u>(3.430.493)</u>	<u>13.774.447</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Reapresentado)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(3.430.493)	13.774.447
Outros componentes do resultado abrangente		
Ajustes de avaliação patrimonial de controladas	<u>903.768</u>	<u>(1.490.111)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.526.725)</u></u>	<u><u>12.284.336</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto)

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	534.688	(24.774.963)	(33.035.753)	(57.276.028)
Total abrangente do exercício				
Lucro do exercício			13.774.447	13.774.447
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas		(1.490.111)		(1.490.111)
Efeito reflexo de ajuste patrimonial nas investidas			337.895	337.895
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	534.688	(26.265.074)	(18.923.411)	(44.653.797)
Prejuízo do exercício			(3.430.493)	(3.430.493)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas		903.768		903.768
Efeito reflexo de ajuste patrimonial nas investidas			383.671	383.671
Saldos em 31 de dezembro de 2022	534.688	(25.361.306)	(21.970.233)	(46.796.851)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(3.430.493)	13.774.447
Ajustes		
Equivalência patrimonial	3.420.220	(13.774.540)
Outros resultados	10.219	-
	<u>(54)</u>	<u>(93)</u>
Variações dos saldos ativos e passivos		
Fornecedores	98	87
Outros passivos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>44</u>	<u>(6)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	(44)	6
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(44)</u>	<u>6</u>
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Kieppe Patrimonial S.A. (“Companhia” ou “KP”) foi constituída em 06 de abril de 1977, e tem sua sede legal no Município de Ituberá, Bahia. Em 26 de novembro de 2012, em reunião de sócios quotistas, foi aprovada a transformação da sociedade limitada em sociedades por ações, na proporção de 1 quota por cada nova ação, com alteração da denominação social de Kieppe Patrimonial Ltda. para Kieppe Patrimonial S.A. Em conexão com a referida alteração societária, o objeto social da Companhia também foi alterado, passando a ser exclusivamente o de participar como sócia controladora do capital de outras sociedades. O principal investimento é representado pela participação direta na Kieppe Participações e Administração Ltda. - Em Recuperação Judicial (“KIPA”), controladora da ODBINV S.A. (“ODBINV”).

A ODBINV possui sede em Salvador - Bahia. Suas controladas e coligadas desenvolvem atividades empresariais em diversos países da América do Sul, América Central, América do Norte, África, Ásia e Europa. O principal investimento da ODBINV é sua participação na Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial (“Novonor”), antiga denominação da Odebrecht S.A. - Em Recuperação Judicial (“ODB”).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 16 de junho de 2023.

(a) Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a sua controlada direta KIPA, juntamente com as suas controladas indiretas ODBINV, Novonor, NSP Inv, NSP, Atvos Inv, NPISA, NPI, NVNIC, NFL, NE Inv, NE, NEB, NEP, NPE, EORJ, NP Inv, NPP, NP Centro, NP Gestão e Mectron, ajuizaram pedido de recuperação judicial (“RJ”) perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“Juízo da RJ”).

Em 10 de dezembro de 2019 os credores da Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial (“Atvos Inv”) deliberaram pela rejeição da consolidação substancial em relação a essa sociedade. Em 12 de dezembro de 2019, os credores titulares de 100% dos créditos presentes na AGC da Atvos Inv, excluídas as abstenções, aprovaram a proposta de desistência da recuperação judicial apresentada pela Atvos Inv. Em 29 de março de 2021, o pedido de desistência obteve certidão de trânsito em julgado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Os seguintes planos foram aprovados e homologados até o momento:

Empresas	Tipo de plano	Data da Aprovação	Data da publicação da Homologação
ODBINV	Consolidado	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
Novonor	Consolidado	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
Kieppe	Consolidado	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
EORJ	Consolidado	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NP Inv	Consolidado	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NE Inv	Consolidado	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NSP	Individual	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NSP Inv	Individual	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NPISA	Individual	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NVNIC	Individual	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NP Gestão	Individual	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NE	Individual	22 de abril de 2020	3 de agosto de 2020
NFL	Individual	8 de setembro de 2020	11 de novembro de 2020
NP Centro	Individual	15 de outubro de 2020	18 de dezembro de 2020
Mectron	Individual	10 de dezembro de 2020	21 de janeiro de 2021
NPP	Individual	15 de outubro de 2020	22 de janeiro de 2021
NEB	Individual	22 de fevereiro de 2021	11 de agosto de 2021
NEP	Individual	15 de julho de 2021	16 de fevereiro de 2022
NPE	Individual	30 de junho de 2022	19 de agosto de 2022
NPI	Individual	25 de julho de 2022	19 de agosto de 2022

Houve determinados recursos ajuizados contra certas decisões de homologação dos planos aprovados. Com relação ao Plano Consolidado, até o momento há (i) decisão definitiva que implica alteração ao limite de valor para pagamento de créditos trabalhistas de partes relacionadas, que passou a ser o mesmo dos demais credores trabalhistas; (ii) decisão ainda não definitiva que declara ilegal a aplicação da TR como taxa de correção no Bônus de Adimplência; e (iii) decisão ainda não definitiva que determina a apresentação de nova proposta de pagamento aos credores quirografários não financeiros Opção B das Recuperandas que afastem a iliquidez e potestatividade do plano atual.

Efeitos do plano aprovado

Em cumprimento ao CPC 48 "Instrumentos Financeiros", os passivos reestruturados no âmbito do Plano, cuja modificação em relação aos contratos originais foi substancial, foram desreconhecidos e novos passivos foram reconhecidos ao valor justo, pela metodologia do fluxo de caixa descontado, a taxa de desconto utilizada foi de 14,8% para todos os planos homologados no exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, exceto para NPE, cuja taxa utilizada foi de 17,58%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano é o evento que permite o registro dos efeitos da reestruturação dos seus passivos, portanto, todos os efeitos da reestruturação dos passivos foram registrados.

Os impactos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir e incluem a reestruturação das dívidas das controladas indiretas NEP, NPI e NPE.

(i) Balanço patrimonial

Passivo circulante e Passivo não circulante	2022			2021		
	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajuste de reestruturação da dívida (AVJ, AVP e outros)	Saldo final	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajuste de reestruturação da dívida (AVJ, AVP e outros)	Saldo final (Reapresentado)
Financiamentos e arrendamentos mercantis	73.855.339	(40.900)	73.814.439	92.884.238	(16.068.102)	76.816.136
Debêntures	25.062.733	(3.117.610)	21.945.123			
Fornecedores e subempreiteiros				18.434.919	(1.349.739)	17.085.180
Adiantamentos de clientes				11.155.402	(526.371)	10.629.031
Outros passivos				7.540.599	(66.204)	7.474.395
	<u>98.918.072</u>	<u>(3.158.510)</u>	<u>95.759.562</u>	<u>130.015.158</u>	<u>(18.010.416)</u>	<u>112.004.742</u>

(j) Demonstração do resultado

Resultado financeiro, líquido	2022			2021		
	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajuste de reestruturação da dívida (AVJ, AVP e outros)	Saldo final	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajuste de reestruturação da dívida (AVJ, AVP e outros)	Saldo final
Receitas financeiras	5.302.677	3.158.510	8.461.187	1.034.204	18.010.416	19.044.620
	<u>5.302.677</u>	<u>3.158.510</u>	<u>8.461.187</u>	<u>1.034.204</u>	<u>18.010.416</u>	<u>19.044.620</u>

(b) Performance operacional

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com prejuízo de R\$ 3.430.493 (2021 - lucro de R\$ 13.774.540).

O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 reflete principalmente o reflexo da baixa nos *spreads* dos produtos petroquímicos e químicos da controlada indireta Braskem no mercado internacional, afetado pela menor demanda decorrente do crescimento mais fraco da China, cenário geopolítico com o conflito da Rússia-Ucrânia na Europa e preocupações sobre uma possível recessão nos Estados Unidos; efeito de provisões para indenizações de danos ambientais ocorridos nas operações de Alagoas; e *impairment* de ativos nas demais controladas. O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, reflete principalmente: (i) os impactos contábeis da reestruturação da dívida com os *Bondholders* na controlada indireta OEC; e (ii) melhor performance operacional da controlada indireta Braskem, devido a maiores *spreads* internacionais e volume de vendas.

Em 31 de dezembro de 2022, A Companhia apresentou passivo a descoberto de R\$ 46.796.851 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 44.653.797).

A Administração da Companhia e das suas controladas vem adotando uma estratégia com foco em liquidez e na estabilização do Grupo, visando o fortalecimento da estrutura de capital do seu portfólio, buscando: (i) a reestruturação financeira de alguns negócios; (ii) desmobilização de ativos; (iii) renegociação das dívidas mediante a aprovação e homologação dos Planos de Recuperação Judicial de determinadas controladas; e (iv) discussões e negociações para equacionalização das dívidas extraconcursais.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Estas demonstrações contábeis (individuais) contemplam apenas as informações sobre a Companhia e não contêm informações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (Nota 5). A principal controlada da Companhia é a Kieppe Participações e Administração Ltda. ("KIPA"), controladora da ODBINV, holding intermediária da Organização Odebrecht ("Organização"), empresa que prepara demonstrações contábeis consolidadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPCs.

A Administração entende que a preparação de demonstrações contábeis consolidadas para a Companhia duplicaria as informações já disponíveis e não acrescentaria relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público.

Assim, a leitura dessas demonstrações contábeis (individuais) deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da controlada indireta ODBINV, as quais estão disponíveis na sede desta.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como "*hedge accounting*" e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa e operações de hedge de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação/mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém duas principais categorias de classificação/mensuração para passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

2.4. Investimentos

Os investimentos em controladas (sociedades na qual a Companhia tem influência significativa na administração) é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

2.5. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da KP é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu Estatuto Social.

2.6. Outros ativos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

2.7. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.8. Resultado da equivalência patrimonial

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os ganhos e perdas apurados são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

3. Partes relacionadas

	2022		2021	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
IPQ Patrimonial Ltda.	5.735		5.735	
Kieppe Participações e Administração Ltda.	225.538		225.538	
Cape Patrimonial Ltda.	1.903		1.903	
Norberto Odebrecht Jr	51		51	
Francisco Peltier Queiroz	17.324		17.324	
FRVJ Patrimonial Ltda.		3.240		3.240
Noberto Odebrecht		37.738		37.738
Kieppe Serviços Ltda.	38			6
Yolanda Alves Odebrecht		183.959		183.959
	<u>250.589</u>	<u>224.937</u>	<u>250.551</u>	<u>224.943</u>

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente ao relacionamento financeiro (contas correntes) com acionistas e empresas ligadas.

KIEPPE PATRIMONIAL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

4. Investimentos

(a) Informações sobre os investimentos

	Quantidades quotas possuídas (lote de mil)		Participação no capital total (%)		Patrimônio líquido		Resultado do exercício findo em 31 de dezembro	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)	2022	2021 (Reapresentado)
	KIPA	7.855.530	7.855.530	99,99	99,99	(46.804.767)	(44.665.037)	(3.430.371)
Kieppe Serviços Ltda.	29.504.264	29.504.264	99,99	99,99	18.092	21.386	10.145	13.456

(b) Movimentação dos investimentos em controladas

	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Outros	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2022
Investimentos					
Kieppe Serviços Ltda.	21.386	10.145	(3.220)	(10.219)	18.092
	21.386	10.145	(3.220)	(10.219)	18.092
Ágio					
Kieppe Serviços Ltda.	198				198
	198				198
	21.584	10.145	(3.220)	(10.219)	18.290

(c) Movimentação da provisão para perdas em investimentos em controladas

	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros	Saldo em 31/12/2022
KIPA	(44.665.008)	(3.430.365)	903.768	386.891	(46.804.714)
	(44.665.008)	(3.430.365)	903.768	386.891	(46.804.714)

(d) Outras informações relevantes sobre a ODBINV

A ODBINV tem como objeto social a participação em negócios de engenharia, construção, desenvolvimento urbano, empreendimentos imobiliários, serviços integrados para indústria de óleo e gás, exploração de substâncias minerais, concessão de obras e serviços públicos, geração e comercialização de energia elétrica, montagem industrial, automação, química e petroquímica, produção e comercialização de produtos agrícolas e etanol, engenharia ambiental, exportação e importação de bens e serviços, além do segmento de defesa e tecnologia. Nesse contexto, a principal investida da ODBINV é a sua controlada Novonor S.A. (antiga Odebrecht S.A.).

Em 31 de dezembro de 2022, a ODBINV mantém em tesouraria 34.003.877.926 ações ordinárias (2021 - 34.003.877.926 ações ordinárias), decorrentes de recompras de ações realizadas. Estas recompras foram realizadas conforme exercício de opções de compra/venda manifestados em 16 de agosto de 2010 e nos termos do Acordo de Acionistas mencionado abaixo na Nota 4 (d)(i).

(i) Acordo de acionistas

Em 18 de outubro de 2001, a KIPA, controlada da KP, assinou um Acordo de Acionistas com os acionistas minoritários da ODBINV (consolidado em 4 de maio de 2007, bem como alterado com base em aditivos firmados em 22 de outubro de 2008 e 18 de março de 2009) ("AA"), o qual tem por principal objetivo regular a forma de negociação das ações da ODBINV detidas pelos referidos acionistas minoritários, mediante opções recíprocas de compra e venda de ações ("Opção"), que podem ser exercidas uma vez verificadas quaisquer das situações previstas no AA. O AA também define os critérios de avaliação do valor de negociação das ações e respectiva forma de pagamento do preço em caso de exercício da Opção por parte da Kieppe Participações, condicionada à situação de resultados e de liquidez, no tempo, das empresas investidas diretas e indiretas da ODBINV.

Ainda nos termos do referido AA, os direitos da Opção podem ser transferidos pela KIPA, a qualquer tempo, para a própria ODBINV.

(ii) Cessão da opção de compra e disputa judicial em curso

Em 8 de outubro de 2010, a KIPA exerceu nos termos do AA (Nota 4 (d) (i)), a Opção de compra da totalidade das ações detidas pela acionista Graal Participações Ltda., ("Graal"), o que corresponde a 20,6% do capital total da ODBINV. Em ação ordinária movida pela KIPA contra a Graal, tendo por objeto o cumprimento da venda das Ações, foi atribuído à causa o valor de, aproximadamente, R\$ 2.500 milhões, que deverá ser pago no tempo, conforme condições estabelecidas no AA.

Em 1º de julho de 2011, a KIPA cedeu os direitos e obrigações relativos à Opção para a ODBINV.

A Opção de compra está suspensa nos termos de decisão proferida na ação cautelar incidental à ação de execução específica de cláusula arbitral, proposta pela Graal contra a Kipa, na qual se questiona, dentre outros aspectos, a eficácia do exercício da Opção de compra. Essa decisão liminar foi objeto de recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, que lhe negou provimento em março de 2016, por meio de acórdão objeto de outro recurso, pendente de julgamento. Em 14 de setembro de 2015, a Graal afirmou através de carta dirigida à Companhia, exercer Opção de venda das Ações, objeto da Opção de compra exercida pela Companhia em 8 de outubro de 2010, sendo que tal exercício ainda será objeto de apreciação no âmbito da ação acima mencionada.

Em 24 de setembro de 2020, as partes assinaram Instrumento de transação onde as partes acordaram em encerrar todas os litígios judiciais que envolviam a opção de compra das ações da Graal, onde a KIPA passa a ser detentoras dessas ações mediante compra pelo montante de R\$ 6.859.041, nas condições de pagamento igualitárias e previstas no Plano de Recuperação Judicial e aplicáveis aos demais credores quirografários.

5. Denúncias de irregularidades e acordo global com autoridades

5.1. Acordo Global com as autoridades

A controlada indireta Novonor (antiga ODB) e suas controladas

Em 1º de dezembro de 2016, a controlada Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem (mencionada em subitem deste item).

Neste acordo a Novonor, na qualidade de controladora, se compromete a pagar, diretamente ou por intermédio de outras empresas de seu grupo econômico, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 (vinte e três) anos.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Novonor a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

Cabe, ainda ressaltar, que em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias objeto do acordo, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor e suas controladas.

Ainda em cumprimento aos termos do acordo de leniência, a controlada Novonor vem negociando a adesão de entes do Ministério Público, dos municípios e dos estados ao Acordo de Leniência com o MPF e/ou acordos de leniência individuais. Do valor total global do acordo, supramencionado, serão deduzidos os valores das indenizações aos entes lesados (estados e municípios). No entanto, é importante ressaltar que os entes possuem autonomia funcional e poderão discordar dos valores a eles atribuídos para a celebração dos acordos.

Em 9 de julho de 2018, a Controladora Direta ODBINV e as suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado de forma unânime pelo plenário do Tribunal de Contas da União ("TCU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No âmbito de suas operações no exterior, determinadas controladas da Novonor seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência.

Além do Acordo Global, firmado com as autoridades americanas, suíças e brasileiras, até o presente momento já há acordos firmados com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru.

A Companhia reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo. Neste sentido, a Companhia e as suas Controladas direta e indiretas investe continuamente em iniciativas que fortalecem a Governança e Conformidade, apresentando como relevantes resultados:

(i) Governança

- Conselhos de Administração em empresas do Grupo desde dezembro de 2016;
- Comitês de Conformidade implementados;
- Conselheiros Independentes;
- Chief Compliance Officer - CCO em todos os Negócios;
- Comitê Integrado de Conformidade formado pelos CCO de cada Negócio, visa garantir a prática consistente do Sistema de Conformidade em todo o Grupo.

(ii) Conformidade

- Política sobre Conformidade com Atuação Ética, íntegra e Transparente aprovada pelo Conselho de Administração da ODBINV e suas Controladas em 2016, já revisada e desdobrada em dois documentos, que substituem a política até então vigente:
 - ✓ Política sobre o Sistema de Conformidade;
 - ✓ Código de Conduta - Nosso Compromisso com atuação ética, íntegra e transparente.
- Canal Linha de Ética para recebimento de denúncias: o canal é gerido por empresa especialista e independente, garantindo maior confidencialidade e não retaliação a todos os denunciantes; disponível para ser acessado por integrantes, clientes e terceiros, 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas;
- Função de Auditoria Interna implantada em todo o Grupo, com reporte funcional do responsável ao respectivo Conselho de Administração, por intermédio do Coordenador do Comitê de Conformidade;
- Due diligence de terceiros, com base em riscos;
- Integrantes dedicados: 122 em 31 de dezembro de 2022 (128 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Monitores independentes:

Monitores Independentes presentes no Grupo Novonor, tendo como principal objetivo confirmar que a ODBINV e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e encerrou em novembro de 2020.

(iv) Ambiente de controles internos

Trabalhos específicos e direcionados à revisão de processos e implementação de melhorias de controles, incluindo os relacionados às atividades de contratação, pagamentos e registros contábeis e documentais, são conduzidos pela controlada Novonor, no sentido de manutenção de um ambiente de controles adequado, robusto, transparente e continuamente melhorado.

5.2. Monitoramento independente

No âmbito do Acordo Global, a controlada Novonor assumiu compromissos perante as autoridades signatárias do Acordo Global com objetivo de aprimorar o ambiente de controles da controlada Novonor, por meio de monitoramento por dois monitores independentes definidos pelas autoridades norte-americanas e brasileiras. Os monitores trabalharam de maneira coordenada, a fim de confirmar que a controlada Novonor e suas controladas cumprem e continuarão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. Esses monitores reportavam diretamente às autoridades supramencionadas.

Em novembro de 2020, os trabalhos de monitoramento previstos no Acordo Global foram concluídos, com a certificação do sistema de conformidade do Grupo Novonor pelo monitor do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, atestando que as políticas e procedimentos do Grupo Novonor estão estruturadas e implementadas para prevenir e detectar potenciais violações das leis anticorrupção.

Controlada indireta Braskem

Em dezembro de 2016, a controlada indireta Braskem celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (“Acordo MPF”) e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça (“Acordo Global”), no valor de US\$ 957 milhões (R\$ 3,1 bilhões à época), os quais foram devidamente homologados. Ainda, a controlada indireta Braskem se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União (“CGU”) e a Advocacia Geral da União (“AGU”), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 (“Acordo CGU/AGU” e, em conjunto com o Acordo Global, simplesmente “Acordos”), que trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global e prevê um desembolso adicional de R\$ 409.877, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Adicionalmente, em 2019, o Ministério Público da Bahia e o Ministério Público do Rio Grande do Sul aderiram ao Acordo MPF, não havendo, contudo, expectativa de pagamentos adicionais por parte da controlada indireta Braskem.

As atividades da controlada indireta Braskem relacionadas ao monitoramento da CGU foram concluídas com êxito, não havendo, qualquer pendência por parte da empresa, restando apenas, por parte da CGU, a apresentação do Relatório Final de Monitoramento e a elaboração do Termo de Encerramento. Além disso, a controlada indireta Braskem está em dia com todas as suas obrigações decorrentes dos Acordos e segue cooperando com autoridades públicas de diversas jurisdições.

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é de R\$ 534.688, representado por 534.688 ações, no valor de R\$ 1,00 (um Real) cada, totalmente subscrito e integralizado.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada após o advento da Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício.

O impacto desses valores no resultado do exercício ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo da conta ajuste de avaliação patrimonial é composto basicamente pelos efeitos refletidos na investida ODBINV (direto e indireto), proporcional a participação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

7. Nota de reapresentação dos saldos de 2021

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros, os ajustes contábeis materiais estão sendo reconhecidos retrospectivamente e, por esta razão, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentadas.

Os efeitos da reapresentação estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial - ativo

Ativo	2021	Ajustes	2021 (Reapresentado)
Circulante			
Dividendos a receber	7.420	-	7.420
	7.420	-	7.420
Não circulante			
Partes relacionadas	250.551	-	250.551
Investimentos	21.584	-	21.584
	272.135	-	272.135
Total do ativo	279.555	-	279.555

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Balanco patrimonial - passivo

Passivo e patrimônio líquido	2021	Ajustes	2021 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	187	-	187
Dividendos a pagar	43.194	-	43.194
Outros passivos	20	-	20
	<u>43.401</u>	<u>-</u>	<u>43.401</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	224.943	-	224.943
Provisão para perdas em investimentos	44.691.928	(26.920)	44.665.008
	<u>44.916.871</u>	<u>(26.920)</u>	<u>44.889.951</u>
Patrimônio líquido (Passivo à descoberto)			
Capital social	534.688	-	534.688
Ajustes de avaliação patrimonial	(26.338.820)	73.746	(26.265.074)
Prejuízos acumulados	(18.876.585)	(46.826)	(18.923.411)
	<u>(44.680.717)</u>	<u>26.920</u>	<u>(44.653.797)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>279.555</u>	<u>-</u>	<u>279.555</u>

Demonstração do resultado

	2021	Ajustes	2021 (Reapresentado)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(93)	-	(93)
Outras receitas	-	-	-
Resultado das participações societárias			
Equivalência patrimonial	13.836.207	(61.667)	13.774.540
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	<u>13.836.114</u>	<u>(61.667)</u>	<u>13.774.447</u>

Demonstração do resultado abrangente

	2021	Ajustes	2021 (Reapresentado)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	13.836.114	(61.667)	13.774.447
Outros componentes do resultado abrangente			
Ajustes de avaliação patrimonial de controladas	(1.563.857)	73.746	(1.490.111)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>12.272.257</u>	<u>12.079</u>	<u>12.284.336</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Demonstração dos fluxos de caixa

	2021	Ajuste	2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	13.836.114	(61.667)	13.774.447
Ajustes			
Equivalência patrimonial	(13.836.207)	61.667	(13.774.540)
Outros resultados	-	-	-
	(93)	-	(93)
Variações dos saldos ativos e passivos			
Fornecedores	87	-	87
Outros passivos	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(6)	-	(6)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas	6	-	6
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	6	-	6
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro			
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro			
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício	-	-	-